



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

CGM - TRANSPORTES E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 10.438.110/0001-93, com endereço na Rua Visconde de Embare, 230, conjunto 1901/sala 04, Valongo, Santos – SP CEP 11010-240;

CGM LOGISTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 15.726.397/0001-70, com endereço na Rua Visconde de Embare, 230, conjunto 1901, sala 03, Valongo, Santos – SP CEP 11010-240;

Cada uma das partes também denominada, individualmente, “Parte” e, conjuntamente, “Partes” e “R”, têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente transação tem por objeto a regularização da situação fiscal da Requerente perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, consistente em:

- 1.1.1.** Plano de amortização da totalidade dos débitos em aberto do contribuinte inscritos em Dívida Ativa da União (DAU);
- 1.1.2.** Oferecimento e aceitação de garantias;
- 1.1.3.** Encerramento de litígios administrativos e judiciais;



1.2. O passivo fiscal transacionado da Requerente é composto pelos débitos e respectivos processos administrativos não regularizados indicados no Anexo I.

1.3. Enquanto vigente a Transação, a Dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando: a) a situação econômica da Requerente; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) os valores envolvidos, a situação das dívidas e o *rating* D da Requerente, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo II:

2.1.1. Na modalidade DEMAIS, desconto máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.2. Parcelamento do saldo devido na modalidade DEMAIS em até 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, escalonadas conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.3. Na modalidade PREV, desconto máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.4. Parcelamento do saldo devido na modalidade PREV em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, escalonadas conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.5. Utilização de crédito no valor de R\$ 10.826.232,55 (dez milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), a título de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, para amortização do saldo devedor após a aplicação dos descontos;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

2.1.6. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização,

2.1.7. Mantém-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.

2.1.8. O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial e atualizada do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.2. Eventuais créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação. Estes mesmos créditos, quando obtidos perante outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.3. Os valores descritos no item 2.2 obrigatoriamente serão revertidos para as contas da transação individual, ainda que para tanto, seja necessário reduzir o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL descrito no item 2.1.6, em cumprimento ao disposto no artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

2.4. A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, §único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.

2.5. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração desta Transação.



3. DAS GARANTIAS

3.1. A formalização do presente acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

4. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

4.1. As Requerentes reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

4.2. As Requerentes reconhecem a corresponsabilidade entre si, em relação a todos os débitos tratados nesta transação individual, listados no Anexo I, nos termos dos arts. 124, I, 132 e 133 do CTN;

4.3. Expressa e irrevogavelmente, as Requerentes desistem das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

4.4. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime as Requerentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

4.5. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, as Requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

4.6. Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

4.7. Os depósitos judiciais eventualmente vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, antes da consolidação da conta de Transação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

- 5.1.1. Presumir a boa-fé das Requerentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;
- 5.1.2. Notificar as Requerentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;
- 5.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com as Requerentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.
- 5.1.4. Prestar às requerentes os esclarecimentos que se fizerem necessários no curso da transação;

5.2. As Requerente aceitam as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

- 5.2.1. Declarar, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos da Lei 13.988/2020 para gozo dos benefícios específicos da presente modalidade de transação;
- 5.2.2. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
- 5.2.3. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- 5.2.4. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores,



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

5.2.5. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

5.2.6. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

5.2.7. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

5.2.8. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

5.2.9. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

5.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e/ou a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

5.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

5.2.12. Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;

5.2.13. Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprobatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.

5.2.14. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

5.2.15. Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, tendo em vista a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

6. HIPÓTESES DE RESCISÃO

6.1. Implicará rescisão da Transação:

6.1.1. A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não;

6.1.2. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

6.1.3. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerente;

6.1.4. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

6.1.5. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;

6.1.6. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

6.1.7. O não peticionamento nos prazos previstos, pela Requerente, nos processos administrativos e judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto do presente acordo;



6.1.8. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

6.1.9. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;

6.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Requerente como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

6.1.11. A comprovação de que a Requerente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

6.1.12. A comprovação de que a Requerente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;

6.1.13. A não confirmação do Prejuízo Fiscal e/ou da Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente, nos termos do art. 39 da Portaria PGFN nº 6.757/22, sem o correspondente recolhimento, via DARF, em até 30 dias, da diferença apontada;

6.2. A rescisão da transação implicará:

6.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da Requerente;

6.2.2. A execução automática das garantias;

6.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

6.4. A Requerente será notificada sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

6.5. A Requerente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

6.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

6.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à Requerente acompanhar a respectiva tramitação.

6.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

6.5.4. A Requerente será notificada da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

6.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

6.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

6.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

6.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

6.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, a Requerente deverá cumprir todas as exigências do acordo.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

6.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

6.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

7. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

7.1. A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor das Proponentes, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo e o pagamento das parcelas estiver regular.

7.2. Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas Requerentes, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

8.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais sobre os débitos transacionados.

8.3. É vedada a desistência unilateral da Transação.

8.4. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 19839.001617/2025-84) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

8.5. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

8.6. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

9. DOS ANEXOS

9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Plano de pagamento acordado;

Data de assinatura eletrônica.

Requerentes

João Augusto de Souza Dias Borgonovi
Procurador da Fazenda Nacional

Ana Carolina Barros Vasques
Procuradora-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região

Mariana Fagundes Lellis Vieira
Coordenadora-Geral de Negociações



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

ANEXO I - CDAs incluídas na Transação

CGM TRANSPORTES E LOCACOES E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ 10.438.110/0001-93

Ds Inscricao	Data Inscrição	Ds Sistema Origem
125342535	3/10/2021	Dívida PREV
125342543	3/10/2021	Dívida PREV
131822284	3/10/2021	Dívida PREV
131822292	3/10/2021	Dívida PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

133317730 3/10/2021 Dívida
PREV

144549891 26/1/2019 Dívida
PREV

144549905 26/1/2019 Dívida
PREV

144549913 3/10/2021 Dívida
PREV

149912935 21/7/2018 Dívida
PREV

149912943 21/7/2018 Dívida
PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

150795025 26/1/2019 Dívida
PREV

150795033 26/1/2019 Dívida
PREV

151867674 29/9/2018 Dívida
PREV

151867682 29/9/2018 Dívida
PREV

160523206 25/5/2019 Dívida
PREV

160523214 25/5/2019 Dívida
PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

162700768 14/9/2019 Dívida
PREV

162700776 14/9/2019 Dívida
PREV

167801848 27/3/2021 Dívida
PREV

80 4 18 30/10/2018 SIDA
015842-65

80 4 18 30/10/2018 SIDA
015846-99

80 4 19 20/5/2019 SIDA
004336-21



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 19 11/10/2019 SIDA
204609-18

80 4 21 30/3/2021 SIDA
082413-50

80 4 21 11/5/2021 SIDA
142725-30

80 4 21 11/5/2021 SIDA
142736-92

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192159-25

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192160-69



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192161-40

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192162-20

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192163-01

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192164-92

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192165-73

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192166-54



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192167-35

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192168-16

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275798-25

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275799-06

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275800-84

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275801-65



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275802-46

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275803-27

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275804-08

80 4 21 6/7/2021 SIDA
275805-99

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361666-51

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361667-32



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361668-13

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361669-02

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361670-38

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361671-19

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361672-08

80 4 21 9/8/2021 SIDA
361673-80



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506701-40

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506702-21

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506703-02

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506704-93

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506705-74

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506706-55



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506707-36

80 4 21 8/10/2021 SIDA
506708-17

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598144-12

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598145-01

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598146-84

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598147-65



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598148-46

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598149-27

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598150-60

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598151-41

80 4 21 20/12/2021 SIDA
598152-22

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211844-30



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211845-10

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211846-00

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211847-82

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211848-63

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211849-44

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211850-88



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211851-69

80 4 22 16/5/2022 SIDA
211852-40

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209017-76

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209018-57

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209019-38

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209020-71



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209021-52

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209022-33

80 4 23 20/3/2023 SIDA
209023-14

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461686-93

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461687-74

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461688-55



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461863-22

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461864-03

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461865-94

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461866-75

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461867-56

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461868-37



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 23 22/5/2023 SIDA
461869-18

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462079-31

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462080-75

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462172-28

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462263-08

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462264-80



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462265-61

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462266-42

80 4 23 22/5/2023 SIDA
462267-23

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321188-44

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321189-25

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321190-69



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321191-40

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321192-20

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321193-01

80 4 24 8/4/2024 SIDA
321194-92

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613763-41

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613764-22



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613765-03

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613766-94

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613767-75

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613768-56

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613769-37

80 4 24 17/6/2024 SIDA
613770-70



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

Ds Inscricao	Data Inscrição	Ds Sistema Origem
-----------------	-------------------	-------------------------

80 2 18 016337-76	30/10/2018	SIDA
----------------------	------------	------

80 2 18 016349-00	30/10/2018	SIDA
----------------------	------------	------

80 2 18 016350-43	30/10/2018	SIDA
----------------------	------------	------

80 2 19 078409-96	20/5/2019	SIDA
----------------------	-----------	------

80 2 19 078415-34	20/5/2019	SIDA
----------------------	-----------	------



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 2 19 22/8/2019 SIDA
100736-31

80 2 19 11/10/2019 SIDA
105209-13

80 2 19 11/10/2019 SIDA
105210-57

80 2 21 30/3/2021 SIDA
003087-61

80 2 21 11/5/2021 SIDA
026770-12

80 2 21 24/5/2021 SIDA
037117-70



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 2 21 14/6/2021 SIDA
053995-79

80 2 21 6/7/2021 SIDA
082414-70

80 2 21 9/8/2021 SIDA
106277-11

80 2 21 20/12/2021 SIDA
144876-98

80 2 22 16/5/2022 SIDA
017287-82

80 2 23 20/3/2023 SIDA
031465-96



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 2 24 8/4/2024 SIDA
021707-97

80 2 24 17/6/2024 SIDA
058293-15

80 4 21 14/6/2021 SIDA
192155-00

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028858-28

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028859-09

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028860-42



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028861-23

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028865-57

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028866-38

80 5 24 25/6/2024 SIDA
028869-80

80 6 18 30/10/2018 SIDA
113338-55

80 6 18 30/10/2018 SIDA
113364-47



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 6 18 30/10/2018 SIDA
113365-28

80 6 19 20/5/2019 SIDA
131580-09

80 6 19 20/5/2019 SIDA
131609-17

80 6 19 22/8/2019 SIDA
174693-27

80 6 19 11/10/2019 SIDA
201597-40

80 6 19 11/10/2019 SIDA
201598-21



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 6 21 30/3/2021 SIDA
007675-52

80 6 21 30/3/2021 SIDA
007676-33

80 6 21 11/5/2021 SIDA
057084-90

80 6 21 11/5/2021 SIDA
057143-84

80 6 21 11/5/2021 SIDA
057144-65

80 6 21 24/5/2021 SIDA
079057-13



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 6 21 14/6/2021 SIDA
113298-53

80 6 21 6/7/2021 SIDA
163899-43

80 6 21 9/8/2021 SIDA
212088-38

80 6 21 30/8/2021 SIDA
215851-19

80 6 21 8/10/2021 SIDA
255589-81

80 6 21 20/12/2021 SIDA
292611-00



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 6 22 16/5/2022 SIDA
037109-10

80 6 22 16/5/2022 SIDA
037183-09

80 6 23 20/3/2023 SIDA
073211-97

80 6 23 20/3/2023 SIDA
073570-35

80 6 24 17/6/2024 SIDA
104487-14

80 6 24 17/6/2024 SIDA
104634-38



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 7 18 30/10/2018 SIDA
018202-03

80 7 19 20/5/2019 SIDA
044162-19

80 7 19 22/8/2019 SIDA
059865-23

80 7 19 11/10/2019 SIDA
063783-65

80 7 21 30/3/2021 SIDA
004662-58

80 7 21 11/5/2021 SIDA
018441-67



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 7 21 11/5/2021 SIDA
018465-34

80 7 21 14/6/2021 SIDA
033009-97

80 7 21 6/7/2021 SIDA
045537-16

80 7 21 9/8/2021 SIDA
057214-93

80 7 21 8/10/2021 SIDA
067890-75

80 7 22 16/5/2022 SIDA
009396-03



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 7 23 20/3/2023 SIDA
016208-66

80 7 24 17/6/2024 SIDA
028266-13

CGM LOGISTICA LTDA CNPJ 15.726.397/0001-70

Ds Inscricao	Data Inscrição	Ds Sistema Origem
-----------------	-------------------	-------------------------

144598779	2/2/2018	Dívida PREV
-----------	----------	----------------

144598779	2/2/2018	Dívida PREV
-----------	----------	----------------

144598787	2/2/2018	Dívida PREV
-----------	----------	----------------

144598787	2/2/2018	Dívida PREV
-----------	----------	----------------



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

150575319 11/8/2018 Dívida
PREV

150575319 11/8/2018 Dívida
PREV

150575327 11/8/2018 Dívida
PREV

150575327 11/8/2018 Dívida
PREV

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531199-33

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531199-33

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531200-01

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531200-01

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531201-92



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531201-92

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531202-73

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531202-73

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531203-54

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531203-54

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531204-35

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531204-35

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531205-16

80 4 21 18/10/2021 SIDA
531205-16



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603812-30

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603812-30

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603813-11

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603813-11

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603814-00

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603814-00

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603815-83

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603815-83

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603816-64



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603816-64

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603817-45

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603817-45

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603818-26

80 4 21 20/12/2021 SIDA
603818-26

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219103-51

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219103-51

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219104-32



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219104-32

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219105-13

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219105-13

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219106-02

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219106-02

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219107-85

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219107-85

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219108-66



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219108-66

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219109-47

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219109-47

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219110-80

80 4 22 16/5/2022 SIDA
219110-80

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802257-26

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802260-21

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802261-02



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802262-93

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802263-74

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802264-55

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802264-55

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802265-36

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802265-36

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802266-17

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802266-17

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802267-06



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 23 28/8/2023 SIDA
802267-06

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000118-82

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000119-63

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000120-05

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000121-88

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000121-88

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000122-69

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000123-40



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000123-40

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000124-20

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000124-20

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000125-01

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000125-01

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000126-92

80 4 24 3/1/2024 SIDA
000126-92

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491964-08

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491965-99



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491966-70

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491967-50

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491968-31

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491969-12

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491970-56

81 4 24 23/12/2024 SIDA
491971-37

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492764-36

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492765-17

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492766-06



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492767-89

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492768-60

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492769-40

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492770-84

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492771-65

81 4 24 23/12/2024 SIDA
492772-46

Ds Inscricao	Data Inscrição	Ds Sistema Origem
-----------------	-------------------	-------------------------

80 2 19 034920-12	1/4/2019	SIDA
----------------------	----------	------



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 2 19 29/10/2019 SIDA
118397-86

80 2 19 29/10/2019 SIDA
118397-86

80 2 21 3/8/2021 SIDA
102731-38

80 2 21 20/12/2021 SIDA
148623-75

80 2 21 20/12/2021 SIDA
148623-75

80 2 22 16/5/2022 SIDA
020834-16

80 2 22 16/5/2022 SIDA
020834-16

80 2 23 28/8/2023 SIDA
071587-42

80 2 24 3/1/2024 SIDA
000018-58

80 2 24 7/10/2024 SIDA
129192-27



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 2 24 23/12/2024 SIDA
200563-05

80 2 24 23/12/2024 SIDA
200564-88

80 6 19 1/4/2019 SIDA
058933-74

80 6 19 1/4/2019 SIDA
058954-07

80 6 19 29/10/2019 SIDA
227599-23

80 6 19 29/10/2019 SIDA
227599-23

80 6 21 3/8/2021 SIDA
205914-92

80 6 21 3/8/2021 SIDA
205915-73

80 6 22 16/5/2022 SIDA
043489-12

80 6 22 16/5/2022 SIDA
043489-12



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 6 23 28/8/2023 SIDA
155250-57

80 6 23 28/8/2023 SIDA
155250-57

80 6 23 28/8/2023 SIDA
155251-38

80 6 23 1/9/2023 SIDA
155437-05

80 6 23 1/9/2023 SIDA
155437-05

80 6 23 21/11/2023 SIDA
226455-42

80 6 23 21/11/2023 SIDA
226455-42

80 6 23 21/11/2023 SIDA
226456-23

80 6 23 21/11/2023 SIDA
226456-23



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 6 24 3/1/2024 SIDA
000031-59

80 6 24 3/1/2024 SIDA
000031-59

80 6 24 3/1/2024 SIDA
000032-30

80 6 24 7/10/2024 SIDA
198166-27

80 6 24 7/10/2024 SIDA
198185-90

80 6 24 9/10/2024 SIDA
203284-28

80 6 24 23/12/2024 SIDA
312530-50

80 6 24 23/12/2024 SIDA
312531-30

80 7 19 1/4/2019 SIDA
021064-68



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

80 7 19 1/4/2019 SIDA
021064-68

80 7 21 6/10/2021 SIDA
066251-29

80 7 21 6/10/2021 SIDA
066251-29

80 7 22 16/5/2022 SIDA
012330-46

80 7 22 16/5/2022 SIDA
012330-46

80 7 23 28/8/2023 SIDA
043261-01

80 7 24 3/1/2024 SIDA
000011-96

80 7 24 7/10/2024 SIDA
053259-50

80 7 24 9/10/2024 SIDA
054355-42

80 7 24 23/12/2024 SIDA
079171-02



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

ANEXO II – Do plano de pagamento

(Estimativas sujeitas a alteração no momento da consolidação – acrescer SELIC)

GRUPO CGM			
	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL
CGM TRANSPORTES DEMAIS	R\$ 5.061.672,92	R\$ 4.754.936,96	48,44% R\$ 9.816.609,78
CGM TRANSPORTES PREV	R\$ 5.791.640,68	R\$ 5.554.377,46	48,95% R\$ 11.346.018,14
CGM LOGISTICA DEMAIS	R\$ 5.051.692,34	R\$ 2.987.479,28	37,16% R\$ 8.039.171,62
CGM LOGISTICA PREV	R\$ 2.180.945,28	R\$ 1.363.140,61	38,46% R\$ 3.544.086,89
TOTAL			R\$ 32.745.885,43
Limite de Pagamento			
APÓS DESCONTOS com PF/BCN			
DEMAIS	R\$ 10.113.365,26	R\$ 7.079.355,68	
PREV	R\$ 7.972.585,96	R\$ 5.580.810,17	
TOTAL	R\$ 18.085.951,22		
NA CONTABILIDADE APÓS ALIQUOTAS			
BCN	R\$ 29.973.801,49	R\$ 2.697.842,13	
PF	R\$ 32.514.361,68	R\$ 8.128.590,42	
TOTAL DE BCN e PF		R\$ 10.826.232,55	
CAFAG	R\$ 4.911.628,86	Desconto efetivo MÉDIO	43,25%
Valor pago com PF/BCN	R\$ 10.826.232,55		
Saldo a pagar em dinheiro	R\$ 7.259.718,67	Uso de PF/BCN sobre o principal	60%
		Crédito PF/BCN usado PREV	R\$ 5.580.810,17
SALDO A PAGAR DEMAIS	R\$ 4.867.942,98	Crédito PF/BCN usado DEMAIS	R\$ 5.245.422,38
SALDO A PAGAR PREV	R\$ 2.391.775,79		

Saldo a pagar PREV	R\$ 2.391.775,79	Percentual da Faixa	Valor da Faixa
1 a 6	R\$ 14.350,65	3,60%	R\$ 86.103,93
7 a 12	R\$ 16.742,43	4,20%	R\$ 100.454,58
13 a 18	R\$ 19.134,21	4,80%	R\$ 114.605,24
19 a 24	R\$ 21.525,98	5,40%	R\$ 129.155,89
25 a 30	R\$ 28.701,31	7,20%	R\$ 172.207,86
31 a 36	R\$ 38.268,41	9,60%	R\$ 229.610,48
37 a 43	R\$ 59.704,39	15,00%	R\$ 358.766,37
44 a 48	R\$ 85.773,83	16,50%	R\$ 394.643,01
49 a 59	R\$ 88.165,61	31,35%	R\$ 749.821,71
60	R\$ 56.206,73	2,35%	R\$ 56.206,73
Saldo a pagar DEMAIS	R\$ 4.867.942,98		
1 a 12	R\$ 25.000,00	6,16%	R\$ 300.000,00
13 a 24	R\$ 27.500,00	6,78%	R\$ 330.000,00
25 a 36	R\$ 30.000,00	7,40%	R\$ 360.000,00
37 a 48	R\$ 32.500,00	8,01%	R\$ 390.000,00
49 a 60	R\$ 42.500,00	10,48%	R\$ 510.000,00
61 a 119	R\$ 47.500,00	58,55%	R\$ 2.950.000,00
120	R\$ 127.942,88	2,63%	R\$ 127.942,88